

# Prova Objetiva

## Prova Discursiva

24/04/2016

Este caderno, com 16 páginas numeradas, contém 10 questões objetivas de Língua Portuguesa e 40 de Conhecimentos Específicos, totalizando 50 questões, além de 01 questão discursiva.

Você está recebendo, também, um Cartão de Respostas e uma Folha de Texto Definitivo.

**Não abra o caderno antes de receber autorização.**

### Instruções

1. Verifique se seu nome, número do documento de identidade, data de nascimento e cargo/opção estão corretos no Cartão de Respostas e na Folha de Texto Definitivo. Se houver erro, notifique o fiscal.
2. Assine o Cartão de Respostas com caneta. Além de sua assinatura, da transcrição da frase e da marcação das respostas, nada mais deve ser escrito ou registrado no cartão, que não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.
3. Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
4. Leia com atenção as questões e escolha a alternativa que melhor responde a cada uma delas. Marque sua resposta no Cartão de Respostas cobrindo totalmente, com caneta preta ou azul de corpo transparente, o espaço que corresponde à letra a ser assinalada.
5. Registre sua resposta à questão discursiva na Folha de Texto Definitivo, que não poderá ser assinada, rubricada, nem conter qualquer palavra ou marca que a identifique.
6. Ao terminar, entregue ao fiscal este caderno, o Cartão de Respostas e a Folha de Texto Definitivo.

### Informações Gerais

O tempo disponível para fazer as provas é de 5 (cinco) horas. Nada mais poderá ser registrado após esse tempo. Será eliminado do concurso o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer instrumento de cálculo e/ou qualquer meio de obtenção de informações, eletrônicos ou não, tais como calculadoras, agendas, computadores, rádios, telefones, receptores, livros e anotações.

Decorrida 1 (uma) hora de prova, o candidato poderá retirar-se, definitivamente, da sala e do prédio, não sendo permitido, nesse momento, sair com quaisquer anotações. O candidato poderá levar o caderno de questões somente 15 minutos antes do término da prova.

**Boa prova!**



**CARBOIDRATOS ABSOLVIDOS**

Em algum ponto da história da evolução de nossa espécie “ganhamos” cérebros maiores, capazes de executar atividades cada vez mais complexas, decisivas para nos separar de nossos parentes mais próximos, os grandes primatas africanos, como chimpanzés e gorilas. Cérebros maiores e mais complexos são custosos do ponto de vista energético, e exigiram que nossos antepassados se desdobrassem para encontrar mais alimentos. Durante décadas, defendeu-se que

5 ingerir carne (proteína animal) e aprender a cozinhar, graças ao domínio do fogo, foram os grandes responsáveis por esse salto quantitativo e qualitativo em nossa busca por mais e melhores “combustíveis” para nosso organismo. Mas outros animais também sempre comeram carne e nem por isso conseguiram chegar, do ponto de vista social e cognitivo, aonde chegamos.

Agora, um novo trabalho publicado na revista científica *Quarterly Review of Biology* e noticiado pelo jornal inglês *Daily Mail* aponta mais um responsável pelo sustento de nossa alta complexidade cerebral. Alguém arrisca um palpite? Acertou quem

10 apostou nos carboidratos, na forma de amido, presentes em tubérculos como nossa boa e velha batata.

O trabalho, realizado por pesquisadores da Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha, traz alguns dados que reforçam a hipótese de os carboidratos terem sido centrais na evolução do cérebro humano. O órgão consome cerca de 25% de nossas fontes diárias de energia e 60% da glicose, molécula produzida a partir da digestão dos carboidratos.

A nova teoria sugere que cozinhar vegetais e carnes facilitou nossa evolução, ao permitir que os nutrientes dos alimentos se

15 tornassem mais assimiláveis e palatáveis e, também, ao possibilitar a ingestão de maior quantidade em intervalos mais curtos. Sobrava, assim, mais tempo para interações sociais. A existência de seis genes relacionados à digestão do carboidrato é outro indício de que contamos com adaptações para aproveitar, da melhor maneira possível, os carboidratos. Esses genes produzem uma substância que ajuda a quebrar em moléculas menores o amido, chamada amilase. Outros primatas têm apenas dois deles. Esses genes adicionais parecem ter surgido no último milhão de anos, tempo que bate com o de nosso crescimento

20 cerebral, que ocorreu de 800 mil anos para cá.

Em resumo, disponibilidade de amido na forma de tubérculos, maior expressão dos genes da amilase e habilidade para cozinhar tubérculos parecem ter sido fatores que se combinaram para garantir mais glicose para o cérebro. Isso tudo possibilitou energia extra para o desenvolvimento fetal, para a lactação e para a sobrevivência da prole, fazendo com que essa adaptação fosse transmitida de geração em geração. Curioso pensar que o mesmo carboidrato que possibilitou nossa evolução hoje é considerado um dos grandes vilões da obesidade, um problema de saúde pública.

Adaptado de Jairo Bouer  
epoca.globo.com

**Questão 01**

De acordo com o texto, a evolução na complexidade das atividades exercidas pelo cérebro humano em relação a outras espécies se deve, entre outros, ao seguinte fator:

- (A) vontade de dominação de território
- (B) especialização na divisão do trabalho
- (C) assimilação de determinados nutrientes
- (D) convívio com grandes primatas africanos
- (E) modificação no desenvolvimento do feto

**Questão 02**

O título apresenta uma avaliação explícita e outra implícita.

Essas duas avaliações estão indicadas em:

- (A) ingerir carne (proteína animal) e aprender a cozinhar, graças ao domínio do fogo, foram os grandes responsáveis por esse salto quantitativo e qualitativo (ℓ. 5-6)
- (B) Mas outros animais também sempre comeram carne e nem por isso conseguiram chegar, do ponto de vista social e cognitivo, aonde chegamos. (ℓ. 6-7)
- (C) um novo trabalho publicado na revista científica *Quarterly Review of Biology* e noticiado pelo jornal inglês *Daily Mail* aponta mais um responsável pelo sustento de nossa alta complexidade cerebral. (ℓ. 8-9)
- (D) Esses genes adicionais parecem ter surgido no último milhão de anos, tempo que bate com o de nosso crescimento cerebral, que ocorreu de 800 mil anos para cá. (ℓ. 19-20)
- (E) o mesmo carboidrato que possibilitou nossa evolução hoje é considerado um dos grandes vilões da obesidade, um problema de saúde pública. (ℓ. 24-25)

**Questão 03**

No título, a palavra *absolvidos* indica uma possibilidade de mudança de avaliação em relação aos *carboidratos*. Considerando a leitura global do texto, essa mudança pode ser sintetizada em:

- (A) do real para o fictício
- (B) do verdadeiro para o falso
- (C) do negativo para o positivo
- (D) do abstrato para o concreto
- (E) do científico para o especulativo

**Questão 04**

O predomínio da função referencial da linguagem no texto se observa, entre outros aspectos, pelo uso de:

- (A) estilo formal
- (B) ênfase no assunto tratado
- (C) emprego recorrente de ironias
- (D) interlocução explícita com o leitor
- (E) adoção de metáforas nas explicações

**Questão 05**

Ao empregar *aspas* em “*ganhamos*” o autor teve o objetivo de:

- (A) indicar um neologismo
- (B) demonstrar citação literal
- (C) acentuar o predomínio do tom formal
- (D) relativizar o sentido básico da palavra
- (E) indicar sentido contrário ao dicionarizado

**Questão 06**

O estilo coloquial, assumido pelo autor do texto, está melhor evidenciado em:

- (A) Cérebros maiores e mais complexos são custosos do ponto de vista energético (l. 3)
- (B) na forma de amido, presentes em tubérculos como nossa boa e velha batata (l. 10)
- (C) O órgão consome cerca de 25% de nossas fontes diárias de energia e 60% da glicose (l. 12-13)
- (D) A existência de seis genes relacionados à digestão do carboidrato é outro indício (l. 16-17)
- (E) Isso tudo possibilitou energia extra para o desenvolvimento fetal, para a lactação (l. 22-23)

**Questão 07**

No quarto parágrafo, as ideias se estruturam por meio da seguinte organização:

- (A) contradição aparente
- (B) argumentação dialética
- (C) dilemas em sequência lógica
- (D) conceito particular gerador de hipóteses
- (E) afirmação geral desdobrada em evidências

**Questão 08**

No segundo parágrafo, a menção a dois periódicos cumpre a função de:

- (A) evidenciar a fonte da informação
- (B) criticar os cientistas brasileiros
- (C) apresentar uma tese contraditória
- (D) exemplificar a superioridade humana
- (E) refutar argumentos de teorias genéticas

**Questão 09**

*Cérebros maiores e mais complexos são custosos do ponto de vista energético, e exigiram que nossos antepassados se desdobrassem para encontrar mais alimentos (l. 3-4)*

No trecho acima, o conectivo destacado pode ser substituído, mantendo o sentido global da frase, por:

- (A) contudo
- (B) portanto
- (C) tão logo
- (D) apesar disso
- (E) mesmo assim

**Questão 10**

A palavra "órgão" é acentuada, porque cumpre um dos critérios para acentuar paroxítonas.

Uma paroxítona, que cumpre outro critério, é:

- (A) pública
- (B) próximo
- (C) tubérculos
- (D) energético
- (E) assimiláveis

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Questão 11**

Considerando a competência para legislar sobre a vedação à prática do nepotismo, a alternativa correta é:

- (A) É de iniciativa privativa do Prefeito.
- (B) Não tem iniciativa exclusiva do Executivo.
- (C) Na administração pública, é competente a União Federal, na forma do art. 22 da Constituição da República, não podendo os municípios legislar a respeito.
- (D) Na administração pública, a competência é concorrente entre a União Federal e os Estados, na forma do art. 24 da Constituição da República, não podendo os municípios legislar a respeito.
- (E) A proibição ao nepotismo decorre diretamente da Constituição da República, na forma da jurisprudência do STF, tendo sido disciplinada, nacionalmente, em resolução do CNJ, não podendo os municípios legislar a respeito.

**Questão 12**

"Em sessão na Câmara Municipal, vereador usa da palavra para desqualificar moralmente adversário político".

Considerando esta atitude e a imunidade parlamentar, pode-se dizer que tal fato:

- (A) Encontra-se abrangido pela imunidade parlamentar.
- (B) Apenas estará abrangido pela imunidade parlamentar se a sessão for privada.
- (C) Permite a abertura de processo administrativo de cassação do parlamentar por quebra de decoro.
- (D) Extrapola os limites da imunidade parlamentar, possibilitando ação civil com pedido de indenização por danos morais.
- (E) Será analisado privativamente pelo conselho de ética da Câmara se as palavras proferidas em sessão extrapolam o conteúdo da imunidade.

**Questão 13**

Em relação aos efeitos e à perda da posse, é INCORRETA a seguinte afirmativa:

- (A) A posse, diante da funcionalização dos institutos jurídicos, deve exercer uma função social.
- (B) Ainda que o possuidor não tenha presenciado o esbulho, caso a coisa tenha sido tomada por terceiro, considera-se perdida a posse.
- (C) O possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de turbação, restituído no de esbulho, e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
- (D) Só se considera perdida a posse para quem não presenciou o esbulho, quando, tendo notícia dele, se abstém de retornar a coisa, ou, tentando recuperá-la, é violentamente repellido.
- (E) A posse direta, de pessoa que tem a coisa em seu poder, temporariamente, em virtude de direito pessoal, ou real, não anula a indireta, de quem aquela foi havida, podendo o possuidor direto defender a sua posse contra o indireto.

Questão 14

O defeito na manifestação da vontade gera consequências graves na validade do negócio jurídico.

Diante dos defeitos do negócio jurídico, é correta a seguinte afirmativa:

- (A) O dolo, seja ele essencial ou substancial, é suficiente para invalidação do negócio jurídico.
- (B) O erro, enquanto falsa percepção da realidade induzida por terceiro, gera a anulabilidade do negócio jurídico.
- (C) A coação é hipótese de nulidade no Código Civil e, conseqüentemente, não convalida pelo decurso do tempo.
- (D) No estado de perigo, o agente, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- (E) A coação suficiente para anular o negócio jurídico é aquela cuja ameaça recai sobre o paciente, sendo certo que a ameaça à família ou aos bens apenas autoriza o ressarcimento das perdas e danos.

Questão 15

Em relação à Teoria Geral dos Negócios Jurídicos e seus efeitos, a alternativa correta é:

- (A) A incapacidade do agente gera a nulidade do negócio jurídico.
- (B) O negócio jurídico nulo sempre pode ser confirmado pelas partes.
- (C) A simulação gera a nulidade do negócio jurídico, independentemente da posição de terceiros, por se tratar de matéria de ordem pública.
- (D) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico, ainda que venha a cessar antes de realizada a condição a que estiver subordinado.
- (E) No ordenamento jurídico brasileiro, a forma do negócio jurídico está submetida ao princípio do consensualismo e, excepcionalmente, exige-se forma especial.

Questão 16

De acordo com o Pagamento das Obrigações, é INCORRETO afirmar que:

- (A) O pagamento reiteradamente feito em outro local faz presumir a renúncia do credor relativamente ao previsto no contrato.
- (B) As dívidas em dinheiro deverão ser pagas no vencimento, em moeda corrente e pelo valor nominal, salvo disposição legal em contrário.
- (C) Segundo entendimento do STJ, nos termos do Código Civil, é vedada a celebração de quaisquer convenções de pagamento em moeda estrangeira.
- (D) A validade do pagamento feito ao credor putativo é um desdobramento da teoria da aparência, segundo a qual é legítimo a determinadas pessoas aderirem a certas representações no tráfego jurídico de massas.
- (E) As obrigações de fazer fungíveis são aquelas em que terceiros podem realizar a prestação em lugar do devedor, enquanto que as obrigações de fazer infungíveis não admitem tal possibilidade em razão da natureza personalíssima da prestação.

Questão 17

A obrigação de indenizar decorre do sistema de responsabilidade civil. Nesse sentido, diante da responsabilidade por um dano, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Em qualquer hipótese, quando alguém ressarcir o dano causado por outrem, pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
- (B) A indenização mede-se pela extensão do dano, mas, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzi-la equitativamente.
- (C) O nexo de causalidade tem uma dupla função, funcionando como fator de imputação de responsabilidade e como um mecanismo de quantificação da extensão do dano;
- (D) Para a reparação dos danos submetida ao regime de responsabilidade subjetiva, é necessário que o autor da ofensa incida num erro de conduta, isto é, que ele não observe um arquétipo de conduta que deveria ser adotado para a situação concreta.
- (E) Com a entrada em vigor do Código Civil de 2002, operou-se uma radical mudança do sistema de responsabilidade, que passou a ser dualista, convivendo simultaneamente uma cláusula geral de responsabilidade subjetiva e uma cláusula geral de responsabilidade objetiva.

**Questão 18**

Em atenção ao conceito e efeitos do Princípio da Boa-fé Objetiva, é correto afirmar que:

- (A) Sua incidência se dá exclusivamente no período contratual.
- (B) A análise do comportamento das partes prescinde do elemento anímico do agente.
- (C) Seus efeitos se restringem a uma única função no ordenamento jurídico, servindo como cânone interpretativo.
- (D) Não exige um padrão ético de conduta das partes, objetivamente adequado aos padrões de lealdade e honestidade.
- (E) As partes não têm que, necessariamente, adotar um padrão linear de comportamento, permitindo-se a adoção de comportamentos contraditórios.

**Questão 19**

Em atenção aos direitos da personalidade previstos no Código Civil, é correto afirmar que:

- (A) São intransmissíveis, irrenunciáveis e absolutamente indisponíveis.
- (B) O pseudônimo, qualquer que seja a sua origem e sua finalidade, goza da proteção que se dá ao nome.
- (C) Com a morte cessam, também, os direitos da personalidade, não subsistindo qualquer tipo de proteção jurídica.
- (D) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.
- (E) O direito à imagem trata exclusivamente da imagem-retrato, isto é, da projeção dos elementos visíveis que integram a personalidade humana.

**Questão 20**

A alternativa correta, de acordo com os novos princípios contratuais, é:

- (A) A boa-fé objetiva é um preceito que, embora previsto no Código Civil, pode ser afastado pela vontade das partes, desde que expressamente convencionado.
- (B) Ao revogarem os princípios clássicos, os novos princípios exigem uma relação contratual mais clara, transparente e equilibrada, com a tutela da parte mais fraca.
- (C) A função social dos contratos possui, segundo posição majoritária da doutrina e jurisprudência, dois principais efeitos: mitiga a autonomia da vontade e atenua o princípio da relatividade dos efeitos dos contratos.
- (D) O princípio do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos impede qualquer mínimo desequilíbrio porventura existente nas relações contratuais, criando, assim, um equilíbrio objetivo no tráfego jurídico de massas.
- (E) É possível que as partes, a qualquer momento, desistam das negociações preliminares, ainda que se tenha criado a legítima expectativa na outra parte de que o contrato seria celebrado, independentemente de perdas e danos.

**Questão 21**

Considerando os conceitos de receitas e despesas positivados na Lei 4.320/64, a alternativa correta é:

- (A) Receita industrial e agropecuária são receitas de capital.
- (B) Receita pública se divide em receitas correntes, receitas de capital e receitas diversas.
- (C) É exemplo de despesa corrente aquisição de material permanente, entendido como aquele de duração maior que 1 (um) ano.
- (D) São classificadas como despesas de capital as dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, exemplo de inversões financeiras.
- (E) Despesas correntes são as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

**Questão 22**

Considerando o estabelecido na Constituição e na Lei Complementar nº 101/00, a alternativa correta é:

- (A) O plano plurianual (PPA) abrange um período de 4 (quatro) anos, coincidente com o mandato do chefe do poder executivo.
- (B) A lei orçamentária anual (LOA) poderá conter norma de direito tributário, inclusive a concessão de benefício fiscal, desde que compatível com o planejamento plurianual.
- (C) A lei orçamentária anual (LOA) e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) são de iniciativa privativa do chefe do poder executivo, enquanto o plano plurianual (PPA) é de iniciativa concorrente.
- (D) A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para os dois exercícios financeiros subsequentes, orientando a elaboração das leis orçamentárias anuais.
- (E) Para os efeitos da Lei Complementar nº 101/00, considera-se receita corrente líquida nos Municípios o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzida a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

**Questão 23**

Em relação à cobrança do IPTU pelos Municípios e às imunidades tributárias, é correto afirmar que:

- (A) Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está imune à cobrança, desde que o imóvel seja de sua propriedade.
- (B) Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos está sujeita à cobrança, mesmo desempenhando serviço de utilidade pública.
- (C) Os imóveis de partidos políticos estão sujeitos à cobrança, em qualquer situação, por não se enquadrarem em nenhuma das hipóteses de imunidade.
- (D) Agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ainda que de propriedade de particular franqueado, está imune à cobrança, uma vez que se protege o serviço público exclusivo.
- (E) É vedada a cobrança sobre o imóvel sede de partido político por força de imunidade constitucional, voltando, entretanto, a incidir o imposto no exercício seguinte à desafetação do imóvel.

**Questão 24**

Considerando as Súmulas Vinculantes do STF no que diz respeito à tributação, a alternativa correta é:

- (A) O serviço de coleta domiciliar de lixo deve ser remunerado por contribuição.
- (B) O Município poderá instituir ISS incidente sobre o serviço de locação de computadores.
- (C) Havendo desapropriação pelo Município, sobre o pagamento da indenização incidirá imposto de renda em razão do ganho de capital auferido pelo expropriado.
- (D) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- (E) Deve ser reconhecida a nulidade, e devolvido todo o valor do IPTU cobrado progressivamente, em razão de lei municipal anterior à EC 29/2000, administrativamente impugnado e pendente de decisão final, respeitada a prescrição.

**Questão 25**

A respeito da fiscalização contábil, financeira e orçamentária do Município, e do papel dos Tribunais de Contas, é correto afirmar que:

- (A) As contas do Prefeito serão julgadas pela Câmara Municipal, sem participação do Tribunal.
- (B) Têm competência para julgar as contas de Prefeito enquanto ordenador de despesas do Município.
- (C) Se limita a emitir parecer prévio sobre as contas de Prefeito, enquanto ordenador de despesas do Município, que serão julgadas pela Câmara Municipal.
- (D) Se limita a emitir parecer prévio sobre as contas de Prefeito, enquanto ordenador de despesas do Município, que serão julgadas pela Assembleia Legislativa.
- (E) A análise das contas do Prefeito é de competência exclusiva do Tribunal de Contas do Estado, sendo constitucionalmente vedada a criação de conselho de contas municipais no âmbito do Estado.

**Questão 26**

A respeito da constituição do crédito tributário e do seu efetivo pagamento, à luz da jurisprudência do STJ, a alternativa correta é:

- (A) O sujeito passivo do IPTU está identificado no CTN, não podendo a legislação municipal dispor a respeito.
- (B) Impossível a constituição de crédito tributário após o prazo decadencial, na hipótese do contribuinte apresentar documento de confissão de dívida.
- (C) Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, regular e tempestividade declarados, mas não pagos dentro do prazo, é possível a denúncia espontânea antes da efetiva fiscalização.
- (D) Na hipótese do contribuinte não efetuar o pagamento da cota única ou da primeira cota do IPTU, cujo carnê fora enviado para seu endereço, é necessário o lançamento com a respectiva notificação, sob pena de decadência.
- (E) Na hipótese de ação visando o reconhecimento de isenção do imposto de renda, ajuizada por servidor público municipal, a legitimidade passiva é exclusivamente da União, uma vez que o Município apenas promove o desconto sendo o tributo de competência da União Federal.



**Questão 27**

Considerando as regras da anterioridade e anualidade em matéria tributária relativa ao IPTU, a afirmativa correta é:

- (A) A alteração de alíquota produz efeitos imediatamente.
- (B) À majoração da base de cálculo, prevista em lei, se aplica exclusivamente a anterioridade nonagesimal.
- (C) A atualização anual da base de cálculo, com base em índices oficiais de inflação, poderá ser procedida por ato do poder executivo.
- (D) A majoração prevista em lei somente poderá produzir seus efeitos no exercício posterior ao que entrou em vigor a lei, se estiver considerado o reajuste na lei orçamentária anual.
- (E) A majoração progressiva da alíquota prevista na lei 10.257/2001 deverá ser precedida de lei específica para cada aumento, observando, todas as leis de reajuste, a anterioridade clássica.

**Questão 28**

Considerando a jurisprudência do STF e do TST, a afirmativa correta acerca do contrato de trabalho é:

- (A) As férias são exemplo de suspensão do contrato de trabalho e as faltas injustificadas de interrupção do contrato de trabalho.
- (B) O contrato de trabalho de empregado admitido, sem concurso público, em serviço social autônomo (sistema "S"), é nulo por afronta ao art. 37, II da Constituição da República.
- (C) O contrato de trabalho celebrado com uma sociedade de economia mista municipal, na vigência da Constituição de 1988, sem prévio concurso público, convalida-se na hipótese de privatização da estatal.
- (D) Na hipótese de extinção do contrato de trabalho por dispensa imotivada, é devido o pagamento das férias proporcionais, desde que completado o respectivo período aquisitivo.
- (E) Na empresa pública, o contrato de trabalho, sem prévio concurso público será nulo, não gerando vínculo com a Administração Pública, sendo devidos apenas os salários pelo período efetivamente trabalhado.

**Questão 29**

O Procurador do Município, no Processo do Trabalho, poderá atuar:

- (A) em audiência trabalhista, representando o Município, independentemente de procuração
- (B) em audiência trabalhista, representando o Município, desde que munido de procuração outorgada pelo Prefeito
- (C) em reclamação trabalhista, representando, em audiência, autarquia municipal independentemente de procuração
- (D) em reclamação trabalhista, representando, em audiência, autarquia municipal desde que munido de procuração outorgada pelo Prefeito
- (E) em reclamação trabalhista, representando, em audiência, sociedade de economia mista municipal independentemente de procuração, desde que autorizado por convênio

**Questão 30**

Em relação à aposentadoria do servidor público municipal, é correto afirmar que:

- (A) O servidor aposentado por invalidez permanente, após a EC nº 70/2012, fará jus à paridade e integralidade.
- (B) O servidor será compulsoriamente aposentado aos 75 anos de idade, com proventos integrais, na forma da EC nº 88/2015.
- (C) O servidor que tenha ingressado no serviço público até a publicação da EC nº 41/2003 tem, incondicionalmente, assegurado direito à paridade e integralidade.
- (D) O professor poderá se aposentar com a redução de tempo prevista na Constituição desde que comprove o efetivo exercício de suas funções em sala de aula, vedado o cômputo de período em cargo de chefia e direção na escola.
- (E) Para a aposentadoria especial do servidor cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, poder-se-á utilizar as regras previstas na Lei 8.213/91, especialmente o art. 57.

**Questão 31**

Considere um servidor público que tenha percebido, durante algum tempo, adicional com base em parecer da Procuradoria do Município. Posteriormente, a interpretação jurídica foi revista, assentando o erro da interpretação e a ilegalidade, desde a origem de tal pagamento.

Com base na situação descrita, a alternativa correta quanto à nova interpretação é:

- (A) Não poderá retroagir em razão da boa-fé do servidor.
- (B) Não poderá retroagir em razão da irredutibilidade de vencimentos.
- (C) Poderá retroagir, devendo o servidor devolver as quantias recebidas a maior.
- (D) Poderá retroagir, devendo o servidor devolver as quantias recebidas a maior, observada a prescrição.
- (E) Poderá retroagir, não devendo o servidor devolver as quantias recebidas a maior em razão de sua boa-fé.

**Questão 32**

A Lei 7.357/85 dispõe sobre o cheque.

Diante das proibições previstas na referida lei, é possível afirmar que:

- (A) É permitido o endosso parcial e o do sacado.
- (B) O endosso pode ficar subordinado a uma condição.
- (C) Considera-se não escrita a estipulação de juros inserida no cheque.
- (D) Não se admite a transferência do cheque pelo portador, em se tratando de endosso em branco.
- (E) O cheque pagável a pessoa nomeada, com ou sem cláusula expressa "à ordem", não é transmissível por via de endosso.

**Questão 33**

Em atenção à jurisprudência sedimentada do Superior Tribunal de Justiça em relação aos títulos de crédito, é INCORRETO afirmar que:

- (A) A legislação sobre cédulas de crédito rural admite pacto de capitalização de juros em periodicidade inferior à semestral.
- (B) É possível que a duplicata sem aceite seja protestada por falta de pagamento, pois o fato de não ter sido exercida a faculdade de protestar o título, por falta de aceite ou de devolução, não elide a possibilidade de protesto por falta de pagamento.
- (C) Endossatário que recebe, por endosso translativo, título de crédito contendo vício formal, sendo inexistente a causa para conferir lastro à emissão de duplicata, não responde pelos danos causados diante de protesto indevido, ressalvado seu direito de regresso contra os endossantes e avalistas.
- (D) A cédula de crédito bancário é título executivo extrajudicial, representativo de operações de crédito de qualquer natureza, circunstância que autoriza sua emissão para documentar a abertura de crédito em conta-corrente, nas modalidades de crédito rotativo ou cheque especial.
- (E) A emissão de cheques pós-datados, ainda que seja prática costumeira, não encontra previsão legal, pois admitir que do acordo extracartular decorra a dilação do prazo prescricional importaria na alteração da natureza do cheque como ordem de pagamento à vista e infringência do art. 192 do CC, além de violação dos princípios da literalidade e abstração.

**Questão 34**

No que diz respeito às desapropriações, a alternativa correta é:

- (A) A União não pode desapropriar imóvel do Município.
- (B) Em desapropriação de imóvel que possua área de preservação permanente, é devida indenização pela cobertura vegetal.
- (C) A revelia do expropriado no curso do processo judicial de desapropriação implica a concordância tácita com o valor da indenização, dispensando a avaliação.
- (D) Em processo judicial de desapropriação a concordância do expropriado com a indenização impede o Juiz de determinar a realização de perícia para avaliação do imóvel.
- (E) O Município pode promover, com base na Lei 4.132/62, a desapropriação por interesse social para promoção de reforma agrária nos limites da área rural do próprio município.

**Questão 35**

Diante da Responsabilidade Civil do Estado, a alternativa correta é:

- (A) O poder público não responde em razão de suicídio de detento em presídio.
- (B) As ações de reparação de danos à fazenda pública decorrentes de ilícito civil são prescritíveis.
- (C) As ações de reparação de danos à fazenda pública decorrentes de ato de improbidade são prescritíveis.
- (E) Na hipótese do Município ser condenado a indenizar particular por ato praticado por seu servidor, terá o direito de regresso independentemente de culpa, segundo a atual jurisprudência do STF.
- (D) A responsabilidade de servidor público municipal por ato de improbidade exclui a responsabilidade funcional estatutária quando a infração ao estatuto também configurar ato de improbidade.

**Questão 36**

O servidor em desvio de função, ao entrar com processo judicial, faz jus a certos direitos.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é garantido a esse servidor:

- (A) Recebimento apenas das diferenças remuneratórias, desde o início do desvio.
- (B) Recebimento apenas das diferenças remuneratórias, respeitado o prazo prescricional.
- (C) Provimento no cargo desempenhado, asseguradas as diferenças remuneratórias desde o início do desvio.
- (D) Provimento no cargo desempenhado, asseguradas as diferenças remuneratórias, respeitado o prazo prescricional.
- (E) Enquadramento no cargo desviado, mas não às eventuais diferenças remuneratórias, em razão dos princípios da legalidade e moralidade.

**Questão 37**

Levando em consideração a violação aos deveres funcionais, o servidor público municipal poderá sofrer a seguinte sanção:

- (A) Demissão após processo administrativo disciplinar, independentemente da assistência de advogado.
- (B) Demissão após processo administrativo disciplinar, se necessariamente assistido por advogado ou defensor dativo.
- (C) Punição pelo Tribunal de Contas, em tomada de contas especial, com penas que variam da advertência à demissão.
- (D) Perda do cargo após decisão de segunda instância, ainda que pendente recurso extraordinário, segundo a recente jurisprudência do STF.
- (E) Responder por ato de improbidade, se violar culposamente os princípios nucleares da administração pública, conforme art. 11 da Lei 8.429/1992 e da jurisprudência do STJ.

**Questão 38**

Segundo o Novo Código de Processo Civil, nas ações em que for executada a Fazenda Pública, é correto afirmar que:

- (A) Para cumprimento das sentenças em que a Fazenda Pública for vencida, esta será citada para opor embargos à execução no prazo de 30 (trinta) dias.
- (B) Serão devidos honorários no cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública que enseje expedição de precatório, ainda que não tenha sido impugnada.
- (C) Quando a Fazenda Pública impugnar parcialmente o cumprimento de sentença, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.
- (D) Em se tratando de cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer, é passível o cumprimento provisório da decisão que fixar multa.
- (E) Em se tratando de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública, não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento.

**Questão 39**

Em relação à ação monitória, assinale a alternativa que apresenta uma proposição correta:

- (A) É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.
- (B) A prova escrita hábil a instruir a ação monitória exige obrigatoriamente ter sido emitida pelo devedor ou nela constar sua assinatura.
- (C) A nota fiscal, desacompanhada da prova do recebimento da mercadoria ou da prestação do serviço, pode instruir a ação monitória.
- (D) É vedado ao credor, possuidor de título executivo extrajudicial, utilizar o processo de conhecimento ou a ação monitória para a cobrança.
- (E) Não é considerada como prova escrita apta à instrução da ação monitória todo e qualquer documento que sinalize o direito à cobrança e que seja hábil a convencer o juiz da pertinência da dívida, independentemente de modelo predefinido.

**Questão 40**

Diante do Novo Código de Processo Civil, em atenção ao agravo de instrumento, a afirmativa correta é:

- (A) O prazo para sua interposição é de 10 (dez) dias.
- (B) Será interposto no juízo que proferiu a decisão interlocutória que o remeterá ao tribunal competente para julgá-lo.
- (C) Não é admitida sua interposição contra decisões interlocutórias que versarem sobre rejeição da alegação de convenção de arbitragem.
- (D) Não cabe sua interposição contra decisões que versarem sobre concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.
- (E) Na falta da cópia de qualquer peça ou no caso de algum outro vício que comprometa a admissibilidade do agravo de instrumento, deve o relator conceder o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado o vício.

**Questão 41**

Diante do Novo Código de Processo Civil, no que diz respeito à competência, é correto afirmar que:

- (A) O foro contratual não produz efeitos perante os herdeiros e sucessores das partes.
- (B) A alegação de incompetência relativa será alegada por meio de exceção, em peça autônoma.
- (C) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa, ou da função, pode ser afastada por convenção das partes.
- (D) A pendência de causa perante a jurisdição brasileira impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.
- (E) Se a União for demandada, a ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

**Questão 42**

Considerando o disposto no Novo Código de Processo Civil e o processo judicial eletrônico, a afirmativa correta é:

- (A) Não será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.
- (B) Admite-se o recurso interposto mediante a aposição de assinatura digitalizada do advogado.
- (C) Considerar-se-á realizada a intimação eletrônica unicamente no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica do teor da intimação.
- (D) Nas ações peticionadas eletronicamente, o nome do advogado titular do certificado digital deve também constar da procuração para que a ação recursal tenha seus efeitos válidos.
- (E) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até o horário do protocolo geral da comarca, seção ou subseção judiciária.

**Questão 43**

Observando o tratamento conferido pelo Novo Código de Processo Civil à tutela provisória, a afirmativa correta é:

- (A) O capítulo da sentença que a confirma, a concede ou a revoga não é impugnável na apelação.
- (B) A tutela de evidência não prescinde da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.
- (C) A tutela provisória fundamenta-se exclusivamente na urgência, isto é, quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (D) O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória e a sua efetivação observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber.
- (E) A tutela de urgência de natureza antecipada pode ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, desde que seja prestada caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer.

**Questão 44**

Observando o rito dos Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos, é INCORRETO afirmar que:

- (A) Da decisão que determinar o sobrestamento não cabe pedido ou recurso para que exclua o recurso da decisão de sobrestamento.
- (B) Somente podem ser selecionados recursos admissíveis para afetação de julgamento aqueles que contenham abrangente argumentação e discussão a respeito da questão a ser decidida.
- (C) Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de precedente proferido em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência.
- (D) Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;
- (E) Sempre que houver multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais com fundamento em idêntica questão de direito, haverá afetação para julgamento dos recursos repetitivos, observado o disposto no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e no do Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 45**

Em relação ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a afirmativa correta é:

- (A) Nas Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, admite-se apenas o uso sustentável.
- (B) Os Municípios integram o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC como órgãos executores, não tendo competência para instituir unidades de conservação.
- (C) Os Municípios, não obstante integrem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC como órgãos executores, têm competência para instituir unidades de conservação apenas por intermédio de lei específica.
- (D) A Unidade de conservação é formada pelos espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.
- (E) O Parque Nacional tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

**Questão 46**

Acerca da responsabilidade penal e administrativa por condutas lesivas ao meio ambiente, previstas na Lei 9.605/1998, a afirmativa correta é:

- (A) A perícia produzida no inquérito civil poderá ser aproveitada no processo penal, desde que respeitado o contraditório.
- (B) Nas infrações administrativas, em razão do princípio da legalidade, a tipicidade é cerrada, estando os tipos exaustivamente descritos na lei.
- (C) A lei prevê a desconsideração da personalidade jurídica, desde que provada a fraude ou abuso, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial.
- (D) A responsabilidade penal das pessoas físicas nos crimes ambientais é objetiva, independendo de demonstração de culpa, bastando o nexo de causalidade entre a conduta e o dano ambiental.
- (E) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas, por danos ambientais, apenas administrativa e civilmente, enquanto as pessoas físicas poderão ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente.

**Questão 47**

Um pescador profissional artesanal moveu uma ação de indenização decorrente de impossibilidade de exercício da profissão, em virtude de poluição ambiental causada por derramamento de nafta.

A alternativa INCORRETA, em relação à ação proposta, é:

- (A) Qualquer pescador é parte legítima para ação de indenização, independentemente de registro.
- (B) Não configura cerceamento de defesa o eventual julgamento antecipado da lide, na hipótese em questão.
- (C) Na hipótese de provimento da demanda, o termo inicial de incidência dos juros moratórios é a data do evento danoso.
- (D) Cabível indenização por dano moral, em cumulação com indenização material, tendo em vista o sofrimento do pescador artesanal, privado de seu trabalho.
- (E) Inviável a alegação, pela indústria, de culpa exclusiva de terceiro, ante a responsabilidade objetiva e a teoria do risco integral em matéria de dano ambiental.

**Questão 48**

Em relação ao art. 2º do Código de Defesa do Consumidor - CDC, que trata da relação de consumo, e da jurisprudência do STJ, é correto afirmar que:

- (A) Considera-se de consumo, nos termos do CDC, a relação estabelecida entre hospital público e paciente.
- (B) As atividades securitárias e bancárias não se enquadram no conceito de fornecedor para fins de aplicação do CDC.
- (C) São equiparados a consumidor apenas as pessoas determináveis, expostas às práticas comerciais previstas no CDC.
- (D) Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, isto é, o destinatário fático.
- (E) Para que seja configurada uma relação de consumo, é essencial que a atividade do fornecedor seja prestada mediante remuneração, ainda que indireta.

**Questão 49**

Para a defesa dos interesses e direitos dos consumidores, é INCORRETO afirmar que:

- (A) São interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.
- (B) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações consumo.
- (C) Os interesses ou direitos difusos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;
- (D) Os interesses ou direitos coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.
- (E) São legitimados à defesa dos interesses e direitos dos consumidores, a título coletivo, apenas, o Ministério Público, a União, os Estados, os Municípios, o Distrito Federal, a Defensoria Pública, as entidades e órgãos da Administração Pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica.

**Questão 50**

Em relação tanto ao conceito de empresário, quanto à constituição da sociedade, a alternativa correta é:

- (A) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica para a produção ou circulação de bens e serviços.
- (B) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, não poderá requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis.
- (C) É vedado ao empresário individual solicitar ao Registro Público de Empresas Mercantis a transformação de seu registro de empresário para registro de sociedade empresária, ainda que venha a admitir sócios.
- (D) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito a jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, deverá também inscrevê-la neste outro registro, com a prova da inscrição originária.
- (E) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade; às sociedades simples, no entanto, é facultativa a inscrição do contrato social no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**Questão discursiva**

Por ato do Poder Legislativo do Município X, nos termos do art. 29, V, da Constituição Federal, foi fixado subsídio do Prefeito e do Vice-Prefeito para a legislatura seguinte, sem previsão de pagamento de 13º salário. Em cada ano do mandato do Chefe do Executivo Municipal, no entanto, foram pagos 13 (treze) subsídios ao Prefeito e ao Vice-Prefeito. O Ministério Público Estadual ingressou com ação civil pública por ato de improbidade administrativa por ausência de previsão legal do pagamento da referida verba.

Na qualidade de procurador desse Município, redija um texto no qual sejam abordadas as questões de direito material fundamentais para análise da situação.

De acordo com o Edital do concurso, você deverá escrever no mínimo 15 linhas e no máximo 20 linhas, com letra legível, utilizando a norma-padrão da língua.



---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

